



CONGRESSO NACIONAL

AVISO (CN) Nº 10, DE 2023

(nº 447/2023, na origem)

Aviso 447/2023 - TCU - Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2023.

AUTORIA: Tribunal de Contas da União

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PUBLICAÇÃO: DCN de 15/06/2023



[Página da matéria](#)



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 447 - GP/TCU

Brasília, 31 de maio de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2023, aprovado por meio da Portaria TCU nº 110, de 30 de maio de 2023, e publicado no Diário Oficial da União, Edição Extra nº 102-B, de 30 de maio de 2023, Seção I, página 26.

Respeitosamente,

(Assinado eletronicamente)

MINISTRO BRUNO DANTAS
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Tribunal de Contas da União

PORTARIA-TCU Nº 110, DE 30 DE MAIO DE 2023

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno do TCU, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2023, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. BRUNO DANTAS

ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2022 A ABRIL/2023

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LÍQUIDADAS													
	MAI/2022	JUN/2022	JUL/2022	AGO/2022	SET/2022	OUT/2022	NOV/2022	DEZ/2022	JAN/2023	FEV/2023	MAR/2023	ABR/2023	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	
													(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	146.281.152,73	189.015.033,62	144.448.406,73	143.611.936,86	144.269.724,39	144.426.008,66	174.400.478,81	186.428.009,84	166.851.851,77	153.365.189,69	148.275.430,08	149.013.277,71	1.890.386.500,89	4.486.331,74
Pessoal Ativo	81.358.653,02	93.829.886,58	81.881.880,04	80.782.444,56	81.572.497,08	81.210.738,68	80.176.608,99	122.257.965,92	103.251.991,09	86.174.041,21	81.895.117,68	81.521.934,77	1.055.913.759,62	3.285.776,98
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	67.250.013,07	79.736.531,26	67.859.515,36	66.914.676,09	67.780.585,98	67.646.401,00	66.858.338,69	100.027.734,84	92.285.021,16	74.670.880,05	70.411.856,53	70.050.661,95	891.492.215,98	2.580.324,51
Obrigações Patronais	14.108.639,95	14.093.355,32	14.022.364,68	13.867.768,47	13.791.911,10	13.564.337,68	13.318.270,30	22.230.231,08	10.966.969,93	11.503.161,16	11.483.261,15	11.471.272,82	164.421.543,64	705.452,47
Pessoal Inativo e Pensionistas	64.922.499,71	95.185.147,04	62.566.526,69	62.829.492,30	62.697.227,31	63.215.269,98	94.223.869,82	64.170.043,92	63.599.860,68	67.191.148,48	66.380.312,40	67.491.342,94	834.472.741,27	1.200.554,76
Aposentadorias, Reserva e Reformas	53.899.944,48	78.588.902,95	51.728.314,09	52.069.314,97	51.980.952,95	52.209.904,75	78.276.227,41	53.535.592,25	52.545.763,71	56.089.716,17	55.331.733,44	56.231.397,87	692.487.765,04	829.693,20
Pensões	11.022.555,23	16.596.244,09	10.838.212,60	10.760.177,33	10.716.274,36	11.005.365,23	15.947.642,41	10.634.451,67	11.054.096,97	11.101.432,31	11.048.578,96	11.259.945,07	141.984.976,23	370.861,56
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	24.461.578,55	25.721.308,71	24.002.312,52	24.002.094,00	24.090.525,14	24.241.108,76	24.002.093,00	24.432.346,44	337.801,53	655.576,26	316.532,90	0,00	196.263.277,81	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	459.484,55	1.719.214,71	218,52	0,00	88.432,14	239.015,76	0,00	430.254,03	337.801,53	655.576,26	316.532,90	0,00	4.246.530,40	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.002.094,00	24.002.094,00	24.002.094,00	24.002.094,00	24.002.093,00	24.002.093,00	24.002.093,00	24.002.092,41	0,00	0,00	0,00	0,00	192.016.747,41	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	121.819.574,18	163.293.724,91	120.446.094,21	119.609.842,86	120.179.199,25	120.184.899,90	150.398.385,81	161.995.663,40	166.514.050,24	152.709.613,43	147.958.897,18	149.013.277,71	1.694.123.223,08	4.486.331,74

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.253.413.448.092,80	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	1.253.413.448.092,80	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.698.609.554,82	0,135519%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.389.677.826,80	0,430000%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.120.193.935,46	0,408500%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	4.850.710.044,12	0,387000%

"FONTE: Tesouro Gerencial; Portaria STN/MF nº 425, de 18 de MAIO de 2023 (RCL). Data de emissão: 23/05/2023. 15h.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

MÁRCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
Secretário-Geral de Administração

EDISON FRANKLIN ALMEIDA
Secretário de Auditoria Interna

ALEXANDRE PEIXOTO FIGUEIRA
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade



TERMO DE CIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

(Documento gerado automaticamente pela Plataforma Conecta-TCU)

Comunicação: Aviso 000.447/2023-GABPRES

Processo: 014.660/2023-7

Órgão/entidade: SF - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

Destinatário: PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL - SECRETARIA
LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL - SF

Informo ter tomado ciência, nesta data, da comunicação acima indicada dirigida à/ao PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL - SECRETARIA LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL - SF pelo Tribunal de Contas da União, por meio da plataforma Conecta-TCU.

Data da ciência: 01/06/2023

(Assinado eletronicamente)

Fernanda Melo e Silva Moraes

Usuário habilitado a receber e a acessar comunicações pela plataforma Conecta-TCU.

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA, NOS TERMOS DO ART. 120 DA RESOLUÇÃO Nº 1 DE 2006-CN

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
14/06/2023		Despachado
14/06/2023	18/06/2023	Publicação em avulso eletrônico da matéria
19/06/2023	03/07/2023	Apresentação de relatório e eventual projeto de decreto legislativo
04/07/2023	10/07/2023	Apresentação de Emendas a Projeto de Decreto Legislativo sobre fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal
11/07/2023	17/07/2023	Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional